



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026

CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026

OBJETO: REFERE-SE A **CREDENCIAMENTO** DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E FISIOTERAPÊUTICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO - MG.

Contratante:

Município de Monte Carmelo/MG - CNPJ nº 18.593.103/0001-78.

Secretaria Solicitante:

Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria responsável pela condução do processo:

Secretaria Municipal de Fazenda - Setor de Licitações - Avenida Olegário Maciel, nº 129 – 2º Andar – Centro - Monte Carmelo/MG.

E-mail:

licitacao@montecarmelo.mg.gov.br

Realização:

Plataforma eletrônica www.licitanet.com.br

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Artigos 74, inciso IV, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 2.722, que regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento no âmbito do Município de Monte Carmelo/MG

IMPORTANTE

O presente credenciamento permanecerá aberto durante o período informado neste edital, possibilitando o credenciamento contínuo de interessados que atendam às condições e exigências estabelecidas.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Credenciamento** de empresas especializadas que atendam aos requisitos estabelecidos pela Administração Pública Municipal, para



Prestação de Serviços Médicos e Fisioterapêuticos solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, para atender as necessidades do município de Monte Carmelo - MG.

1.2. Os serviços compreendem a realização de consultas, exames, procedimentos médicos especializados, cirurgias ortopédicas, atendimentos fisioterapêuticos e demais procedimentos correlatos previstos neste Termo de Referência e no Anexo de Itens, observadas as necessidades assistenciais da rede pública municipal de saúde.

1.3. Os serviços serão executados conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observados os fluxos regulatórios, critérios técnicos e assistenciais, disponibilidade orçamentária e financeira, bem como as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde – SUS.

1.4. Os atendimentos e procedimentos poderão ser realizados em unidades de saúde do Município de Monte Carmelo/MG, no Centro de Especialidades Médicas, no Hospital Municipal Alberto Nogueira, na APAE, bem como em clínicas, consultórios, estabelecimentos credenciados e demais locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a natureza e especificidade de cada serviço constante no Anexo de Itens.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços será realizada por meio do procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.722, de 31 de janeiro de 2024, permitindo que todos os interessados que atenderem às condições estabelecidas no Edital possam ser habilitados e credenciados para futura prestação dos serviços.

2.2. O presente credenciamento destina-se à futura e eventual contratação de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços médicos e fisioterapêuticos, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Anexo de Itens.

2.3. A prestação dos serviços ocorrerá de forma descentralizada, conforme a natureza de cada procedimento, podendo ser realizada na APAE, no Centro de Especialidades Médicas, Hospital Municipal Alberto Nogueira, unidades de saúde do Município, clínicas, consultórios, estabelecimentos credenciados e demais locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.4. Os serviços serão executados conforme a demanda da Administração Pública Municipal, observando-se os fluxos regulatórios, critérios técnicos e assistenciais, programação da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilidade orçamentária e financeira e necessidades da rede pública municipal de saúde.

2.5. A contratação decorrente do presente credenciamento não implica garantia de demanda mínima de serviços, quantitativos mínimos de procedimentos ou faturamento ao credenciado, sendo as Convocações, autorizações e encaminhamentos realizados de acordo com a necessidade administrativa e assistencial do Município.

2.6. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os princípios, diretrizes e normas do Sistema Único de Saúde – SUS, observando-se as disposições do Ministério da Saúde, protocolos clínicos, fluxos regulatórios, normas sanitárias, regulamentações dos respectivos conselhos profissionais e demais normas aplicáveis à matéria.

3. PLANILHA DE ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS



3.1. A presente planilha contém a descrição dos serviços objeto do credenciamento, bem como os respectivos quantitativos estimados, unidades de medida, valores unitários e valores totais estimados para futura e eventual contratação, elaborados com base nas necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, observados critérios técnicos, assistenciais, operacionais e orçamentários da Administração Pública Municipal.

3.2. A planilha encontra-se estruturada por lotes e itens, conforme a natureza dos procedimentos e serviços previstos, observando-se a padronização administrativa, assistencial e operacional adotada pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente nos serviços que demandam atuação integrada, continuidade assistencial, plantão, disponibilidade técnica e gestão unificada.

3.3. Os Lotes 01 ao 07 correspondem a lotes de item único, contemplando serviços médicos específicos e individualizados, conforme descrições constantes na presente planilha.

3.4. O Lote 08 refere-se à prestação de serviços de Cirurgias Ortopédicas (Eletivas, Urgência e Emergência), sendo composto por 133 (cento e trinta e três) itens distintos, compreendidos entre os itens 8.1 e 8.133, abrangendo procedimentos cirúrgicos vinculados ao Grupo 04 – Procedimentos Cirúrgicos, Subgrupo 08 – Cirurgia do Sistema Osteomuscular. A manutenção dos procedimentos ortopédicos em lote único justifica-se pela necessidade de integralidade assistencial, continuidade do atendimento, disponibilidade de equipe médica integrada, cobertura de plantões, padronização operacional e inviabilidade técnica da fragmentação da execução entre múltiplos prestadores

3.5. O Lote 09 refere-se aos serviços de Atendimento Fisioterapêutico, sendo composto por 04 (quatro) itens distintos, compreendidos entre os itens 9.1 e 9.4, destinados à execução de procedimentos fisioterapêuticos especializados.

3.6. Os quantitativos e valores constantes nesta planilha possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral por parte do Município de Monte Carmelo/MG, tampouco garantia de faturamento mínimo aos credenciados, podendo sofrer alterações conforme a demanda dos serviços, disponibilidade orçamentária e financeira, fluxos regulatórios e necessidades da rede pública municipal de saúde

3.7. **Planilha:**

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
1	MÉDICO REGULADOR ATENÇÃO BÁSICA / ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO HOSPITAL / CIRURGIAS E TFD) • PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO REGULADOR, ENTRE A ATENÇÃO BÁSICA E ATENÇÃO ESPECIALIZADA; • PERIODICIDADE: 20 HORAS SEMANAIS SENDO 04 HORAS DIÁRIAS; • LOCAL DE PRESTAÇÃO CENTRAL DE AGENDAMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS; • FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: CURSO DE MEDICINA EM SEU RESPECTIVO CONSELHO DE CLASSE; • AVALIAR AS SOLICITAÇÕES DE ENCAMINHAMENTO ENVIADAS PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA; • VERIFICAR A ADEQUAÇÃO DOS CRITÉRIOS CLÍNICOS CONFORME PROTOCOLOS E A JUSTIFICATIVA PARA ENCAMINHAMENTO A ESPECIALIDADE;	UN	12	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00



	<ul style="list-style-type: none">• RECLASSIFICAR A PRIORIDADE DO CASO, QUANDO NECESSÁRIO;• ORIENTAR A EQUIPE SOLICITANTE QUANDO O CASO PUDE SER RESOLVIDO NA PRÓPRIA UBS;• GARANTIR A CONTRARREFERÊNCIA, ORIENTANDO O RETORNO DO PACIENTE A ATENÇÃO PRIMÁRIA APÓS O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO;• CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO QUANDO NECESSÁRIO, PARA MÉDICOS DA ATENÇÃO BÁSICA;• REGISTRAR AS AÇÕES E DECISÕES NO SISTEMA DE REGULAÇÃO (E-SUS REGULAÇÃO OU OUTRO ADOTADO PELO MUNICÍPIO);• O CONTRATO DEVERÁ SER DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) MENSAIS; VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.				
2	TESTE DE ESFORÇO/TESTE ERGOMÉTRICO <ul style="list-style-type: none">• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAME TESTE DE ESFORÇO/TESTE ERGOMÉTRICO;• CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE: SITUAÇÕES CRÔNICAS E/OU AGUDAS;• PERIODICIDADE: 20 EXAMES SEMANAIS/80 MENSAIS;• CURSO SUPERIOR EM MEDICINA COM RESPECTIVO REGISTRO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE;• ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO CARDIOLOGIA RESIDÊNCIA;• LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS;• FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TESTE DE ESFORÇO/TESTE ERGOMÉTRICO SOLICITADO PELO MÉDICO CARDIOLOGISTA.• OBS.: O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO PROPORCIONALMENTE DE ACORDO NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS E ENVIADO AO SETOR DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;• VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.	SE	960	R\$ 70,00	R\$ 67.200,00
3	ECOCARDIOGRAMA COM ESTRESSE FÍSICO <ul style="list-style-type: none">• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAME ECOCARDIOGRAMA COM STRESSE FÍSICO;• CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE: SITUAÇÕES CRÔNICAS E/OU AGUDAS;• PERIODICIDADE: 4 EXAMES SEMANAIS/16 MENSAIS;• CURSO SUPERIOR EM MEDICINA COM RESPECTIVO REGISTRO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE;• ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO CARDIOLOGIA RESIDÊNCIA;• LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS;• FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES ECOCARDIOGRAMA COM STRESSE FÍSICO SOLICITADO PELO MÉDICO CARDIOLOGISTA.• OBS.: O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO PROPORCIONALMENTE DE ACORDO COM O NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS E ENVIADO AO SETOR DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;	SE	192	R\$ 190,00	R\$ 36.480,00



	<ul style="list-style-type: none">• VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.				
4	<p>ECOCARDIOGRAMA TRANSESOFAGICO</p> <ul style="list-style-type: none">• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAME ECOCARDIOGRAMA TRANSESOFÁGICO;• CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE: SITUAÇÕES CRÔNICAS E/OU AGUDAS;• PERIODICIDADE: 2 EXAMES SEMANAIS/08 MENSAIS;• CURSO SUPERIOR EM MEDICINA COM RESPECTIVO REGISTRO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE;• ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO CARDIOLOGIA RESIDÊNCIA;• LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS;• FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES ECOCARDIOGRAMA TRANSESOFÁGICO.• OBS.: O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO PROPORCIONALMENTE DE ACORDO NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS E ENVIADO AO SETOR DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;• VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.	SE	96	R\$ 250,00	R\$ 24.000,00
5	<p>EXAME VIDEONASOLARINGOSCOPIA</p> <ul style="list-style-type: none">• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAME VIDEONASOLARINGOSCOPIA;• CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE: SITUAÇÕES CRÔNICAS E/OU AGUDAS;• PERIODICIDADE: 40 EXAMES SEMANAIS/160 MENSAIS;• CURSO SUPERIOR EM MEDICINA COM RESPECTIVO REGISTRO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE;• ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO OTORRINOLARINGOLOGISTA;• LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS;• FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE VIDEONASOLARINGOSCOPIA SOLICITADO PELO MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA.• OBS.: O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO PROPORCIONALMENTE DE ACORDO COM O NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS E ENVIADO AO SETOR DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;• VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.	SE	1.920	R\$ 70,00	R\$ 134.400,00
6	<p>EXAME VIDEONASOFIBROLARINGOSCOPIA</p> <ul style="list-style-type: none">• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAME VIDEONASOFIBROLARINGOSCOPIA;• CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE: SITUAÇÕES CRÔNICAS E/OU AGUDAS;• PERIODICIDADE: 40 EXAMES SEMANAIS/160 MENSAIS;• CURSO SUPERIOR EM MEDICINA COM RESPECTIVO REGISTRO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE;• ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO OTORRINOLARINGOLOGISTA;• LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS;	SE	1.920	R\$ 70,00	R\$ 134.400,00



	<ul style="list-style-type: none">• FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE VIDEASOLARINGOSCOPIA SOLICITADO PELO MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA.• OBS.: O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO PROPORCIONALMENTE DE ACORDO COM O NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS E ENVIADO AO SETOR DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;• VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.				
7	<p>CONSULTA EM ORTOPEDIA</p> <ul style="list-style-type: none">• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA;• CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE: SITUAÇÕES CRÔNICAS E/OU AGUDAS;• PERIODICIDADE: SEMANALMENTE (03 VEZES);• CURSO SUPERIOR EM MEDICINA COM RESPECTIVO REGISTRO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE;• ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO;• LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICA;• FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE CONSULTA ESPECIALIZADA SERÁ DEFINIDA PELO MÉDICO CLÍNICO GERAL DAS DIVERSAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, QUE PREENCHERÁ A FICHA DE ENCAMINHAMENTO PARA O REFERIDO ESPECIALISTA. APÓS SERÁ REALIZADO O AGENDAMENTO PELA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA E CENTRAL DE MARCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;• PARÂMETRO DE ATENDIMENTO: 80 CONSULTAS SEMANA 320/MÊS.• PAGAMENTO DAS CONSULTAS SERÁ DE ACORDO NÚMERO DE PROCEDIMENTO REALIZADO, AUTORIZADO PELO SETOR DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;• VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.	SE	3.840	R\$ 70,00	R\$ 268.800,00

LOTE 08**CIRURGIAS ORTOPÉDICAS (ELETIVA, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA)**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ORTOPÉDICA ELETIVA, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO HOSPITAL MUNICIPAL ALBERTO NOGUEIRA CNES 9847227.

CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE: TRATA-SE DE ATENDIMENTO CIRÚRGICO EM CARÁTER DE URGÊNCIA E ELETIVO. AS CIRURGIAS DE URGÊNCIA SERÃO CADASTRADAS DIRETAMENTE PELO HOSPITAL NO SUS FÁCIL, ENQUANTO AS CIRURGIAS ELETIVAS SERÃO AGENDADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE (SETOR DE REGULAÇÃO) OU PELO SETOR DE ELETIVAS DO HOSPITAL, CONFORME A DEMANDA APRESENTADA.

O VALOR DESCRITO REFERE-SE A TODO O SERVIÇO PROFISSIONAL MÉDICO DE ORTOPEDIA, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, A ATUAÇÃO DE MÉDICO AUXILIAR.

CURSO SUPERIOR EM MEDICINA COM RESPECTIVO REGISTRO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO

LOCAL DE ATENDIMENTO: HOSPITAL MUNICIPAL ALBERTO NOGUEIRA

OBSERVAÇÃO: É NECESSÁRIA A DISPONIBILIDADE COM COBERTURA DE 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA.

VALIDADE DO CONTRATO: A SER RENOVADO ANUALMENTE.

GRUPO: 04- PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

SUBGRUPO: 08 CIRURGIA DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
8.1	AMPUTAÇÃO / DESARTICULAÇÃO DE DEDO	SE	8	R\$ 230,58	R\$ 1.844,64
8.2	AMPUTAÇÃO / DESARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	SE	12	R\$ 478,26	R\$ 5.739,12



8.3	AMPUTAÇÃO / DESARTICULAÇÃO DE MEMBROS SUPERIORES	SE	12	R\$ 255,48	R\$ 3.065,76
8.4	AMPUTAÇÃO / DESARTICULAÇÃO DE PE E TARSO	SE	40	R\$ 244,83	R\$ 9.793,20
8.5	AMPUTAÇÃO SUPRAPATELAR	SE	12	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
8.6	BURSECTOMIA	SE	12	R\$ 172,71	R\$ 2.072,52
8.7	EPIFISIODESE DO TROCANTER MAIOR DO FEMUR	SE	12	R\$ 551,95	R\$ 6.623,40
8.8	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES	SE	12	R\$ 123,36	R\$ 1.480,32
8.9	FASCIECTOMIA	SE	12	R\$ 200,88	R\$ 2.410,56
8.10	FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIORES	SE	12	R\$ 183,03	R\$ 2.196,36
8.11	INSTALACAO DE TRACAO ESQUELETICA DO MEMBRO INFERIOR	SE	12	R\$ 31,50	R\$ 378,00
8.12	MANIPULAÇÃO ARTICULAR	SE	12	R\$ 115,05	R\$ 1.380,60
8.13	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL	SE	12	R\$ 259,38	R\$ 3.112,56
8.14	REALINHAMENTO DE MECANISMO EXTENSOR DOS DEDOS DA MÃO	SE	12	R\$ 186,03	R\$ 2.232,36
8.15	RECONSTRUÇÃO DE POLIA TENDINOSA DOS DEDOS DA MÃO	SE	12	R\$ 186,03	R\$ 2.232,36
8.16	RECONSTRUCAO DE TENDAO PATELAR / TENDAO QUADRICIPITAL	SE	70	R\$ 697,26	R\$ 48.808,20
8.17	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR DO TORNOZELO	SE	12	R\$ 355,17	R\$ 4.262,04
8.18	REDUCAO INCRUENTA DA LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO-FALANGIANA / INTERFALANGIANA DO PE	SE	10	R\$ 125,28	R\$ 1.252,80
8.19	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DE COTOVELO	SE	14	R\$ 161,04	R\$ 2.254,56
8.20	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO ÚMERO	SE	36	R\$ 132,60	R\$ 4.773,60
8.21	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSIANOS	SE	40	R\$ 125,28	R\$ 5.011,20
8.22	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA NO PUNHO	SE	36	R\$ 117,39	R\$ 4.226,04
8.23	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO TORNOZELO	SE	36	R\$ 140,25	R\$ 5.049,00
8.24	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LUXAÇÃO DE MONTEGGIA OU DE GALEAZZI	SE	90	R\$ 126,39	R\$ 11.375,10
8.25	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO	SE	16	R\$ 125,28	R\$ 2.004,48
8.26	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA DISTAL DA TIBIA C/ OU S/ FRATURA DA FIBULA	SE	28	R\$ 118,50	R\$ 3.318,00
8.27	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA PROXIMAL DO FEMUR	SE	14	R\$ 196,29	R\$ 2.748,06
8.28	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	SE	20	R\$ 126,39	R\$ 2.527,80
8.29	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DOS METACARPIANOS	SE	38	R\$ 117,39	R\$ 4.460,82
8.30	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DOS OSSOS DO TARSO	SE	82	R\$ 125,28	R\$ 10.272,96
8.31	REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA OU LESAO FISARIA DO JOELHO	SE	40	R\$ 123,18	R\$ 4.927,20
8.32	REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO	SE	110	R\$ 199,98	R\$ 21.997,80
8.33	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO JOELHO	SE	20	R\$ 118,50	R\$ 2.370,00
8.34	REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO COXOFEMORAL TRAUMÁTICA	SE	24	R\$ 169,26	R\$ 4.062,24
8.35	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO FEMURO-PATELAR	SE	24	R\$ 118,50	R\$ 2.844,00
8.36	REDUCAO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL	SE	24	R\$ 139,98	R\$ 3.359,52
8.37	REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU	SE	24	R\$ 117,39	R\$ 2.817,36



	FRATURA / LUXACAO NO PUNHO				
8.38	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO SUBTALAR E INTRATARSICA	SE	24	R\$ 125,28	R\$ 3.006,72
8.39	REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO TARSO-METATARSICA	SE	24	R\$ 125,28	R\$ 3.006,72
8.40	REDUÇÃO INCRUENTA DISJUNÇÃO / LUXAÇÃO / FRATURA / FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DO ANEL PÉLVICO	SE	24	R\$ 133,80	R\$ 3.211,20
8.41	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL	SE	36	R\$ 82,08	R\$ 2.954,88
8.42	RESSECÇÃO DO OLECRANO E/OU CABEÇA DO RÁDIO	SE	14	R\$ 212,91	R\$ 2.980,74
8.43	RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR ÓSSEO / DE PARTES MOLES	SE	3	R\$ 247,59	R\$ 742,77
8.44	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR	SE	4	R\$ 107,01	R\$ 428,04
8.45	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ÓSSEO	SE	4	R\$ 108,00	R\$ 432,00
8.46	RETIRADA DE ESPAÇADORES / OUTROS MATERIAIS	SE	3	R\$ 117,51	R\$ 352,53
8.47	RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-ÓSSEO	SE	24	R\$ 117,51	R\$ 2.820,24
8.48	RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO	SE	3	R\$ 117,51	R\$ 352,53
8.49	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	SE	5	R\$ 129,27	R\$ 646,35
8.50	RETIRADA DE PRÓTESE DE SUBSTITUIÇÃO DE GRANDES ARTICULAÇÕES (OMBRO / COTOVELO / QUADRIL / JOELHO)	SE	6	R\$ 473,10	R\$ 2.838,60
8.51	RETIRADA DE TRAÇÃO TRANS-ESQUELÉTICA	SE	3	R\$ 150,82	R\$ 452,46
8.52	REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO DE AMPUTAÇÃO DOS DEDOS	SE	12	R\$ 157,86	R\$ 1.894,32
8.53	REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PE)	SE	12	R\$ 145,92	R\$ 1.751,04
8.54	TENODESE	SE	24	R\$ 174,06	R\$ 4.177,44
8.55	TENÓLISE	SE	36	R\$ 171,99	R\$ 6.191,64
8.56	TENOMIORRAFIA	SE	36	R\$ 171,48	R\$ 6.173,28
8.57	TENOMIOTOMIA / DESINSERÇÃO	SE	3	R\$ 173,82	R\$ 521,46
8.58	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO UNICO	SE	3	R\$ 364,98	R\$ 1.094,94
8.59	TENORRAFIA ÚNICA EM TÚNEL OSTEO-FIBROSO	SE	12	R\$ 328,05	R\$ 3.936,60
8.60	TENOSINOECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	SE	12	R\$ 182,97	R\$ 2.195,64
8.61	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MÉDIAS ARTICULAÇÕES)	SE	4	R\$ 323,67	R\$ 1.294,68
8.62	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULAÇÕES	SE	4	R\$ 239,76	R\$ 959,04
8.63	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ASSOCIAÇÃO FRATURA / LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO / DISJUNÇÃO DO ANEL PÉLVICO	SE	4	R\$ 597,75	R\$ 2.391,00
8.64	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM GATILHO	SE	36	R\$ 191,49	R\$ 6.893,64
8.65	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM MARTELO / EM GARRA (MÃO E PÉ)	SE	36	R\$ 239,73	R\$ 8.630,28
8.66	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMERÓ	SE	12	R\$ 282,63	R\$ 3.391,56
8.67	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DAS FALANGES DA MÃO (COM FIXAÇÃO)	SE	12	R\$ 174,12	R\$ 2.089,44
8.68	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DE EPICÔNDILO / EPITROClea DO UMERÓ	SE	10	R\$ 231,33	R\$ 2.313,30
8.69	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DE OSSOS DO MEDIO-PE	SE	12	R\$ 239,76	R\$ 2.877,12



8.70	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DO CÔNDILO / TRÓCLEA/APOFISE CORONÓIDE DO ULNA / CABEÇA DO RÁDIO	SE	12	R\$ 254,46	R\$ 3.053,52
8.71	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DOS METACARPÍANOS	SE	12	R\$ 234,18	R\$ 2.810,16
8.72	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DOS METATARSÍANOS	SE	12	R\$ 239,76	R\$ 2.877,12
8.73	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DOS PODODÁCTILOS	SE	12	R\$ 263,73	R\$ 3.164,76
8.74	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA PROXIMAL (COLO) DO FÊMUR (SÍNTESE)	SE	12	R\$ 604,24	R\$ 7.250,88
8.75	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA SUPRACONDILIANA DO ÚMERO	SE	14	R\$ 282,84	R\$ 3.959,76
8.76	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LUXAÇÃO / FRATURA- LUXAÇÃO / DISJUNÇÃO DO ANEL PÉLVICO ANTERO-POSTERIOR	SE	12	R\$ 464,43	R\$ 5.573,16
8.77	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO COCCIX	SE	14	R\$ 166,32	R\$ 2.328,48
8.78	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR / DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO	SE	40	R\$ 355,17	R\$ 14.206,80
8.79	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA CLAVÍCULA	SE	12	R\$ 216,69	R\$ 2.600,28
8.80	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA	SE	12	R\$ 527,03	R\$ 6.324,36
8.81	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR	SE	36	R\$ 607,11	R\$ 21.855,96
8.82	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO	SE	60	R\$ 257,13	R\$ 15.427,80
8.83	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	SE	12	R\$ 198,06	R\$ 2.376,72
8.84	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXAÇÃO INTERNA	SE	24	R\$ 335,13	R\$ 8.043,12
8.85	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE EXTREMIDADES / METÁFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	SE	8	R\$ 278,58	R\$ 2.228,64
8.86	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISÁRIA DE MÃOS	SE	5	R\$ 361,44	R\$ 1.807,20
8.87	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISÁRIA ÚNICA DO RÁDIO / DA ULNA	SE	32	R\$ 201,48	R\$ 6.447,36
8.88	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO CALCÂNEO	SE	132	R\$ 239,67	R\$ 31.636,44
8.89	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO CORPO DE ESCAPULA	SE	4	R\$ 280,05	R\$ 1.120,20
8.90	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO PILÃO TIBIAL	SE	8	R\$ 426,21	R\$ 3.409,68
8.91	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL	SE	24	R\$ 304,65	R\$ 7.311,60
8.92	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	SE	4	R\$ 260,46	R\$ 1.041,84
8.93	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA INTERCONDILEANA / DOS CÔNDILOS DO FÊMUR	SE	5	R\$ 355,43	R\$ 1.777,15
8.94	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA LESÃO FISÁRIA AO NÍVEL DO JOELHO	SE	9	R\$ 304,65	R\$ 2.741,85
8.95	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA LESÃO FISÁRIA DISTAL DE TÍBIA	SE	10	R\$ 366,96	R\$ 3.669,60
8.96	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA LESÃO FISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	SE	4	R\$ 188,88	R\$ 755,52
8.97	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUBTROCANTERIANA	SE	9	R\$ 551,92	R\$ 4.967,28
8.98	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FÊMUR (METÁFISE DISTAL)	SE	6	R\$ 607,11	R\$ 3.642,66



8.99	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA TRANSTROCANTERIANA	SE	4	R\$ 607,11	R\$ 2.428,44
8.100	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE GALEAZZI	SE	16	R\$ 278,58	R\$ 4.457,28
8.101	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO	SE	4	R\$ 207,75	R\$ 831,00
8.102	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	SE	4	R\$ 359,70	R\$ 1.438,80
8.103	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HERNIA MUSCULAR	SE	4	R\$ 167,46	R\$ 669,84
8.104	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INFECÇÃO EM ARTROPLASTIA DAS MÉDIAS / PEQUENAS ARTICULAÇÕES	SE	80	R\$ 244,41	R\$ 19.552,80
8.105	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INFECÇÃO PÓS-ARTROPLASTIA (GRANDES ARTICULAÇÕES)	SE	12	R\$ 488,82	R\$ 5.865,84
8.106	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO AGUDA CAPSULO- LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO / TORNOZELO)	SE	12	R\$ 315,36	R\$ 3.784,32
8.107	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO AGUDA CAPSULO- LIGAMENTO	SE	12	R\$ 204,72	R\$ 2.456,64
8.108	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO DA MUSCULATURA INTRÍNSECA DA MÃO	SE	12	R\$ 201,15	R\$ 2.413,80
8.109	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO SUPERIOR	SE	23	R\$ 212,07	R\$ 4.877,61
8.110	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR	SE	20	R\$ 214,53	R\$ 4.290,60
8.111	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DO JOELHO	SE	12	R\$ 304,65	R\$ 3.655,80
8.112	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO CARPO-METACARPIANA	SE	12	R\$ 189,12	R\$ 2.269,44
8.113	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXACAO DOS OSSOS DO CARPO	SE	12	R\$ 188,88	R\$ 2.266,56
8.114	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ESCAPULO-UMERAL AGUDA	SE	12	R\$ 280,05	R\$ 3.360,60
8.115	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO METACARPO-FALANGIANA	SE	12	R\$ 174,09	R\$ 2.089,08
8.116	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO METATARSO INTER-FALANGEANA	SE	20	R\$ 174,09	R\$ 3.481,80
8.117	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO METATARSO-FALANGIANA / INTER-FALANGIANA	SE	12	R\$ 239,67	R\$ 2.876,04
8.118	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO SUBTALAR E INTRA-TARSICA	SE	12	R\$ 239,67	R\$ 2.876,04
8.119	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO TARSO-METATARSICA	SE	12	R\$ 239,67	R\$ 2.876,04
8.120	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO COXO-FEMORAL TRAUMATICA / POS-ARTROPLASTIA	SE	12	R\$ 714,32	R\$ 8.571,84
8.121	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO ESPONTANEA / PROGRESSIVA / PARALITICA DO QUADRIL	SE	15	R\$ 612,27	R\$ 9.184,05
8.122	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO OU FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO	SE	24	R\$ 231,33	R\$ 5.551,92
8.123	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA DIÁFISE TIBIAL	SE	12	R\$ 410,67	R\$ 4.928,04
8.124	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA MÃO	SE	24	R\$ 183,81	R\$ 4.411,44
8.125	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA REGIÃO TROCANTERIANA	SE	112	R\$ 551,88	R\$ 61.810,56



8.126	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DO ANTEBRAÇO	SE	12	R\$ 311,19	R\$ 3.734,28
8.127	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DO ÚMERO	SE	12	R\$ 257,13	R\$ 3.085,56
8.128	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA METÁFISE DISTAL DO FÊMUR	SE	12	R\$ 551,88	R\$ 6.622,56
8.129	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE AO NÍVEL DO COTOVELO	SE	12	R\$ 385,29	R\$ 4.623,48
8.130	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIÃO METAFISE-EPIFISÁRIA DISTAL DO RÁDIO E ULNA	SE	12	R\$ 215,79	R\$ 2.589,48
8.131	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDO-RETARDO / CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA AO ÍVEL DO CARPO	SE	12	R\$ 215,79	R\$ 2.589,48
8.132	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA / DESINSERÇÃO / ARRANCAMENTO CAPSULO-TENO-LIGAMENTAR NA MÃO	SE	8	R\$ 234,18	R\$ 1.873,44
8.133	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE SINDACTILIA SIMPLES (DOIS DEDOS)	SE	4	R\$ 210,06	R\$ 840,24

LOTE 09					
ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
9.1	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS	SE	120	R\$ 6,35	R\$ 762,00
9.2	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	SE	26.400	R\$ 4,67	R\$ 123.288,00
9.3	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	SE	1.200	R\$ 4,67	R\$ 5.604,00
9.4	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE C/ COMPROMETIMENTO COGNITIVO	SE	120	R\$ 6,35	R\$ 762,00

3.8. **VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CREDENCIAMENTO:** O valor global estimado para as futuras contratações decorrentes do presente processo de credenciamento corresponde a R\$ 1.602.827,38 (um milhão, seiscentos e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), conforme quantitativos, especificações técnicas e estimativas constantes na presente planilha de itens.

3.9. O valor acima possui caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública Municipal, tampouco garantia de faturamento mínimo aos credenciados, podendo os quantitativos sofrer variações conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilidade orçamentária e financeira, fluxos regulatórios e necessidades assistenciais do Município.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade, ampliação e eficiência dos serviços especializados ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir atendimento adequado à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município de Monte Carmelo/MG.

4.2. A rede pública municipal de saúde demanda a realização contínua de consultas médicas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos ortopédicos e atendimentos fisioterapêuticos, os quais se mostram essenciais para a manutenção das ações de promoção,



prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde da população.

4.3. A contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência visa suprir a demanda existente na rede municipal de saúde, especialmente diante da necessidade de ampliação da oferta assistencial, redução do tempo de espera por atendimentos especializados, fortalecimento dos fluxos regulatórios e melhoria da resolutividade dos serviços públicos de saúde.

4.4. Os serviços contemplados no presente credenciamento possuem natureza especializada e demandam profissionais legalmente habilitados, com qualificação técnica compatível e registro junto aos respectivos conselhos profissionais, observadas as exigências previstas na legislação aplicável e nos protocolos técnicos assistenciais.

4.5. No caso específico das cirurgias ortopédicas eletivas, de urgência e emergência, verifica-se a necessidade de manutenção de cobertura assistencial contínua junto ao Hospital Municipal Alberto Nogueira, inclusive com disponibilidade de atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, visando assegurar a adequada prestação dos serviços hospitalares à população.

4.6. Quanto aos serviços fisioterapêuticos, a contratação mostra-se necessária para garantir o atendimento de pacientes com alterações motoras, distúrbios neuro-cinético-funcionais, comprometimentos cognitivos e demandas relacionadas ao pré e pós-operatório de disfunções musculoesqueléticas, contribuindo para os processos de recuperação funcional, reabilitação e melhoria da qualidade de vida dos usuários.

4.7. A adoção do procedimento auxiliar de credenciamento mostra-se adequada à natureza da contratação, considerando a possibilidade de contratação paralela e não excludente de múltiplos prestadores, permitindo maior ampliação da rede de atendimento, melhor distribuição da demanda assistencial e maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde.

4.8. Ademais, a presente contratação encontra respaldo nos princípios constitucionais da universalidade, integralidade e continuidade da assistência à saúde, bem como nas diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, pela Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8.142/1990 e demais normas aplicáveis à matéria.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

5.1. A solução adotada consiste no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços médicos e fisioterapêuticos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Carmelo/MG, conforme especificações, quantitativos, condições técnicas e assistenciais estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. A solução contempla a realização de consultas médicas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos ortopédicos eletivos, de urgência e emergência, bem como atendimentos fisioterapêuticos especializados, observadas as necessidades assistenciais da rede pública municipal de saúde e os fluxos regulatórios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.3. Os serviços serão executados por profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados junto aos respectivos conselhos profissionais competentes, observadas as exigências técnicas, sanitárias e assistenciais aplicáveis à natureza de cada procedimento ou atendimento.



5.4. A contratação por meio do procedimento auxiliar de credenciamento possibilita a formação de rede ampliada de prestadores aptos à execução simultânea dos serviços, permitindo maior cobertura assistencial, continuidade dos atendimentos, ampliação da capacidade operacional do Município e redução do tempo de espera dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

5.5. A solução adotada mostra-se adequada às características da demanda administrativa e assistencial, especialmente em razão da necessidade de atendimentos contínuos, especializados e variáveis, cuja execução depende da existência de múltiplos prestadores habilitados para atuação conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.6. O Lote 08, referente aos serviços de Cirurgias Ortopédicas (Eletivas, Urgência e Emergência), foi estruturado de forma integrada em razão da necessidade de manutenção da continuidade assistencial, da integralidade do atendimento médico-hospitalar e da padronização operacional dos serviços especializados vinculados à ortopedia e traumatologia.

5.7. A execução dos procedimentos ortopédicos demanda atuação coordenada e contínua de equipe técnica especializada, incluindo atendimentos ambulatoriais, avaliações clínicas, procedimentos cirúrgicos, acompanhamento pré e pós-operatório, plantões, suporte hospitalar, regulação assistencial e demais rotinas inerentes à assistência ortopédica especializada.

5.8. A eventual fragmentação dos procedimentos ortopédicos em múltiplas contratações independentes poderia comprometer a continuidade da assistência, a eficiência operacional, a integração dos fluxos hospitalares, o acompanhamento clínico dos pacientes, a padronização técnica dos atendimentos e a adequada prestação dos serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

5.9. A estruturação integrada do Lote 08 busca assegurar maior eficiência administrativa, continuidade dos atendimentos, otimização da gestão assistencial, melhor controle operacional dos serviços e adequada cobertura das demandas eletivas, ambulatoriais, hospitalares, de urgência e emergência relacionadas à especialidade ortopédica.

5.10. A modelagem adotada observa os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade, interesse público e adequada prestação dos serviços de saúde, considerando as particularidades técnicas, operacionais e assistenciais dos serviços especializados de ortopedia e traumatologia no âmbito da rede pública municipal de saúde.

5.11. O ciclo de vida do objeto compreende as etapas de credenciamento, habilitação, contratação, regulação, autorização, execução dos serviços, fiscalização, acompanhamento da produção assistencial, faturamento, pagamento e encerramento contratual, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, normas do Sistema Único de Saúde – SUS e demais regulamentações aplicáveis.

5.12. A prestação dos serviços deverá observar critérios de qualidade, segurança, continuidade, eficiência e resolutividade, garantindo atendimento adequado aos usuários da rede pública municipal de saúde, em conformidade com os protocolos clínicos, fluxos regulatórios e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.13. A solução contempla ainda a utilização de mecanismos de controle, fiscalização e acompanhamento contratual, incluindo análise da produção assistencial, conferência dos procedimentos realizados, verificação da regularidade da execução dos serviços e avaliação da



conformidade técnica e administrativa dos atendimentos prestados.

5.14. As especificações detalhadas dos serviços, procedimentos, quantitativos estimados, unidades de medida, valores unitários e demais condições de execução encontram-se descritas na Planilha de Itens, Quantitativos e Valores Estimados constante neste Termo de Referência.

5.15. Os quantitativos previstos possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública Municipal, podendo sofrer alterações conforme a demanda assistencial, disponibilidade orçamentária e financeira, fluxos regulatórios e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas legalmente constituídas, especializadas na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, que atendam integralmente às exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, qualificados e registrados junto aos respectivos conselhos profissionais competentes, observadas as exigências específicas previstas para cada procedimento ou especialidade constante na Planilha de Itens.

6.3. As empresas credenciadas deverão manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais requisitos exigidos no processo de credenciamento.

6.4. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com os princípios, diretrizes e normas do Sistema Único de Saúde – SUS, observando-se os protocolos clínicos, normas sanitárias, regulamentações profissionais e fluxos regulatórios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.5. Os atendimentos, exames, procedimentos e serviços contratados deverão ser executados conforme autorização, regulação e encaminhamento realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades assistenciais da rede pública municipal.

6.6. As empresas credenciadas deverão dispor de estrutura física, operacional, equipamentos, materiais, recursos humanos e demais condições necessárias à adequada execução dos serviços contratados, conforme a natureza e complexidade de cada procedimento.

6.7. Nos serviços que demandem atendimento hospitalar, urgência, emergência ou cobertura contínua, a contratada deverá assegurar disponibilidade operacional compatível com a necessidade assistencial do Município, inclusive quanto a escalas, plantões e atendimento contínuo, quando exigido na descrição do item.

6.8. Os serviços deverão ser executados com observância dos critérios de qualidade, segurança, continuidade, eficiência, humanização do atendimento e resolutividade assistencial, garantindo adequado atendimento aos usuários da rede pública municipal de saúde.

6.9. As contratadas deverão observar integralmente as normas relativas à proteção de dados pessoais, sigilo profissional, ética médica e demais disposições legais aplicáveis à natureza dos serviços prestados.

6.10. É vedada a subcontratação total do objeto contratual, admitindo-se apenas situações



excepcionais e tecnicamente justificadas, desde que previamente autorizadas pela Administração Pública e observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, não constituindo garantia de contratação mínima, quantitativo mínimo de procedimentos ou faturamento aos credenciados.

7. INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

7.1. Não se aplica à presente contratação, considerando tratar-se de prestação de serviços médicos e fisioterapêuticos especializados, de natureza predominantemente técnica e intelectual, incompatíveis com a indicação ou vedação de marcas ou modelos específicos.

8. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

8.1. Não será exigida apresentação de amostras, em razão da natureza dos serviços objeto da presente contratação.

9. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE OU GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Não será exigida carta de solidariedade, garantia contratual ou instrumento equivalente, considerando a natureza do objeto e a forma de contratação mediante procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Fica vedada a subcontratação do objeto do presente credenciamento, considerando a natureza técnica, assistencial e personalíssima dos serviços contratados, cuja execução encontra-se vinculada aos profissionais indicados pela credenciada e devidamente habilitados para a prestação dos serviços, nos termos do art. 122, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. A execução dos serviços deverá ocorrer diretamente pela empresa credenciada, por meio dos profissionais por ela indicados e vinculados na forma prevista neste Termo de Referência e no instrumento contratual, observados os requisitos técnicos e assistenciais aplicáveis.

10.3. A eventual substituição de profissionais indicados para execução dos serviços dependerá de prévia comunicação e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, devendo o profissional substituto possuir habilitação, qualificação e regularidade profissional compatíveis com os requisitos exigidos para o respectivo serviço ou procedimento.

10.4. Permanecerão sob responsabilidade exclusiva da credenciada todas as obrigações técnicas, assistenciais, éticas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sanitárias e legais decorrentes da execução dos serviços contratados, não havendo qualquer vínculo entre os profissionais executores e a Administração Pública Municipal.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, contínua e conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os fluxos regulatórios, critérios técnicos e assistenciais, disponibilidade orçamentária e necessidades da rede pública municipal de saúde.



11.2. Os serviços serão executados mediante encaminhamento, autorização, agendamento ou regulação realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a natureza de cada procedimento, consulta, exame ou atendimento previsto na Planilha de Itens.

11.3. Os atendimentos e procedimentos poderão ser realizados no Centro de Especialidades Médicas, no Hospital Municipal Alberto Nogueira, na APAE, nas unidades de saúde do Município, bem como em clínicas, consultórios, estabelecimentos credenciados e demais locais previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a natureza e especificidade de cada serviço contratado.

11.4. Os serviços médicos especializados, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos ortopédicos e atendimentos fisioterapêuticos deverão observar rigorosamente os protocolos clínicos, normas sanitárias, diretrizes assistenciais e regulamentações dos respectivos conselhos profissionais.

11.5. A execução dos serviços deverá ocorrer por profissionais devidamente habilitados e registrados junto aos respectivos conselhos de classe, observadas as qualificações técnicas exigidas para cada especialidade ou procedimento.

11.6. Nos serviços relacionados a cirurgias ortopédicas eletivas, urgência e emergência, deverá ser assegurada cobertura assistencial contínua, inclusive em regime de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, quando exigido na descrição do item.

11.6.1. Considerando a natureza assistencial dos serviços ortopédicos e a necessidade de continuidade do atendimento aos usuários da rede pública municipal de saúde, a execução dos serviços deverá assegurar cobertura assistencial contínua, observadas as demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde, os fluxos regulatórios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

11.6.2. A empresa credenciada deverá manter disponibilidade operacional e equipe técnica compatível com os serviços contratados, responsabilizando-se pela adequada execução dos procedimentos autorizados e pela continuidade da assistência aos usuários encaminhados.

11.6.3. Eventual substituição de profissional deverá observar as disposições previstas neste Termo de Referência, mediante comunicação prévia e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, devendo o substituto possuir habilitação, qualificação e regularidade profissional compatíveis com os serviços executados.

11.6.4. A credenciada permanecerá responsável pela cobertura dos atendimentos previamente autorizados e pela adoção das medidas necessárias para evitar descontinuidade assistencial, inclusive em situações de ausência superveniente de profissional, observadas as condições contratuais e os fluxos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

11.6.5. Os serviços executados deverão observar os mecanismos de regulação, autorização, controle de produção e encaminhamento definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive quanto aos registros vinculados ao SUS Fácil ou outro sistema oficial que venha a substituí-lo, quando aplicável.

11.6.6. A comunicação operacional relativa aos encaminhamentos, autorizações, execução dos procedimentos, intercorrências assistenciais e necessidades de ajuste da programação deverá ocorrer por meio dos canais oficiais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Central de Regulação do Município.

11.7. O pagamento pelos serviços executados ocorrerá de forma proporcional aos procedimentos



efetivamente realizados, devidamente autorizados, regulados, comprovados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde.

11.8. Os serviços deverão ser executados com observância dos princípios da eficiência, continuidade, segurança, humanização do atendimento, qualidade assistencial e resolutividade dos serviços públicos de saúde.

11.9. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral, quantitativo mínimo de procedimentos ou garantia de faturamento aos credenciados.

11.10. A Administração Pública poderá realizar acompanhamento, fiscalização, auditoria, conferência de produção assistencial e avaliação da qualidade dos serviços prestados, podendo solicitar esclarecimentos, documentos e adequações necessárias à correta execução contratual.

11.11. Considerando a natureza essencial dos serviços objeto do presente credenciamento, a empresa credenciada deverá adotar medidas necessárias para assegurar a continuidade mínima dos atendimentos previamente autorizados e evitar interrupções injustificadas na prestação dos serviços de saúde.

11.12. A suspensão temporária de atendimentos somente poderá ocorrer mediante prévia comunicação e anuência da Secretaria Municipal de Saúde, ressalvadas situações supervenientes de caso fortuito, força maior, emergência assistencial ou determinação legal, regulatória, sanitária ou ética que impeça a continuidade da execução.

11.13. Na hipótese de impossibilidade de execução por ausência, afastamento, impedimento ou indisponibilidade superveniente do profissional inicialmente indicado, a empresa credenciada deverá comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde e apresentar, quando cabível, profissional substituto com qualificação técnica, habilitação e regularidade profissional compatíveis com os serviços contratados, observadas as disposições deste Termo de Referência.

11.14. A empresa credenciada deverá comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde quaisquer intercorrências assistenciais relevantes, eventos adversos, interrupções operacionais, indisponibilidade de agenda, impossibilidade de atendimento ou situações que possam comprometer a continuidade, segurança ou qualidade da assistência prestada aos usuários.

11.15. Sempre que necessário para preservação da continuidade dos serviços públicos de saúde e do interesse público, a Secretaria Municipal de Saúde poderá promover ajustes operacionais, remanejamento da demanda, redistribuição dos atendimentos ou acionamento de outros credenciados aptos, observados os critérios definidos neste Termo de Referência.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1. Os serviços serão recebidos e aceitos pela Secretaria Municipal de Saúde após verificação da conformidade da execução com as condições, especificações técnicas, quantitativos, autorizações e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento contratual.

12.2. A aceitação dos serviços ficará condicionada à comprovação da efetiva realização dos atendimentos, exames, consultas, procedimentos cirúrgicos e serviços fisioterapêuticos autorizados e regulados pela Secretaria Municipal de Saúde.

12.3. Os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, protocolos



assistenciais, normas técnicas ou determinações da Administração poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo a contratada promover as adequações necessárias, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.4. O pagamento será realizado proporcionalmente aos serviços efetivamente executados, autorizados, comprovados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme os valores unitários constantes na Planilha de Itens.

12.5. A contratada deverá apresentar documentação comprobatória da produção assistencial executada, acompanhada dos documentos fiscais correspondentes, relatórios, autorizações, guias, laudos, prontuários ou demais documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde para fins de conferência e validação dos serviços prestados.

12.6. Após a conferência e atesto da execução dos serviços pelo fiscal e gestor do contrato, o pagamento será realizado pelo Município de Monte Carmelo/MG, conforme cronograma financeiro e observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

12.7. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, acompanhada da comprovação da manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos eventualmente exigidos pela Administração Pública.

12.8. Em caso de irregularidade na documentação apresentada, inconsistência na produção assistencial ou pendências relativas à execução contratual, o pagamento ficará suspenso até a regularização da situação, não acarretando ônus ao Município.

12.9. Sobre os pagamentos realizados incidirão as retenções tributárias, previdenciárias e legais aplicáveis, observada a legislação vigente e as normas municipais pertinentes.

12.10. O pagamento não implicará reconhecimento definitivo da regularidade da execução dos serviços, permanecendo resguardado à Administração Pública o direito de realizar auditorias, revisões, glosas, diligências e demais procedimentos de fiscalização e controle posteriormente à quitação.

13. FORMA - CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS

13.1. O presente procedimento caracteriza hipótese de credenciamento público, nos termos dos arts. 74, inciso IV, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.722/2024, destinando-se ao credenciamento simultâneo de pessoas jurídicas aptas à prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência, mediante contratação paralela e não excludente, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e as condições estabelecidas neste instrumento.

13.2. Poderão participar do presente credenciamento todas as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atenderem integralmente às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

13.3. A habilitação ocorrerá mediante análise e verificação da documentação apresentada, sendo considerados credenciados todos os interessados que comprovarem o atendimento integral aos requisitos exigidos.

13.4. O credenciamento caracteriza hipótese de contratação paralela e não excludente, permitindo a contratação simultânea de múltiplos prestadores habilitados, conforme necessidade da



Administração Pública Municipal.

13.5. A convocação dos credenciados para prestação dos serviços ocorrerá conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observados os fluxos regulatórios, critérios técnicos e assistenciais, disponibilidade orçamentária e financeira, protocolos clínicos e necessidades da rede pública municipal de saúde.

13.6. A distribuição dos atendimentos, consultas, exames, procedimentos, cirurgias, serviços fisioterapêuticos e demais serviços entre os credenciados observará critérios objetivos, impessoais, técnicos, assistenciais e isonômicos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando, dentre outros fatores:

- a) natureza e especificidade do serviço;
- b) capacidade técnica e operacional do credenciado;
- c) disponibilidade de agenda, escalas e cobertura assistencial;
- d) fluxos regulatórios do Sistema Único de Saúde – SUS;
- e) continuidade do cuidado e integralidade assistencial;
- f) localização da prestação dos serviços;
- g) demanda existente;
- h) ordem de convocação definida em eventual sorteio público, quando aplicável.

13.6.1. Sempre que houver pluralidade de credenciados aptos à execução do mesmo serviço em condições equivalentes, a Administração Pública poderá adotar sistema de rodízio, escala, divisão proporcional da demanda, sorteio ou outro critério objetivo previamente definido, visando assegurar tratamento isonômico e evitar favorecimentos indevidos.

13.6.2. A Administração Pública Municipal adotará mecanismos de controle, registro e rastreabilidade dos acionamentos realizados, assegurando transparência, publicidade, impessoalidade e adequada distribuição da demanda entre os credenciados.

13.6.3. A convocação dos credenciados não gera direito subjetivo à distribuição mínima de demanda, quantitativo de procedimentos, faturamento mínimo ou exclusividade de atuação.

13.7. Quando necessária a definição de ordem de convocação ou distribuição inicial da demanda entre credenciados em condições equivalentes, poderá ser realizado sorteio público.

13.7.1. Os sorteios serão precedidos de aviso prévio contendo data, horário, forma de realização e demais informações necessárias ao acompanhamento pelos interessados.

13.7.2. Os sorteios ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, mediante utilização de plataformas ou ferramentas amplamente disponíveis, assegurando transparência, publicidade, impessoalidade e rastreabilidade do procedimento.

13.7.3. A convocação dos credenciados ocorrerá mediante acionamento formal realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio eletrônico, observando a demanda assistencial existente, os fluxos regulatórios aplicáveis e os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

13.7.4. A distribuição dos atendimentos observará, sempre que tecnicamente possível e compatível com a natureza do serviço, sistema de alternância entre os credenciados aptos, respeitados os critérios assistenciais, disponibilidade operacional, continuidade do cuidado e interesse público.

13.7.5. O sorteio público será utilizado exclusivamente nas hipóteses em que houver pluralidade de credenciados aptos em condições equivalentes e ausência de critério técnico ou assistencial que



justifique priorização, podendo ser revisto sempre que houver inclusão de novos credenciados, alteração relevante da demanda ou necessidade administrativa devidamente motivada.

13.7.6. Constituem hipóteses de substituição ou não acionamento temporário do credenciado:

- a) indisponibilidade operacional declarada;
- b) ausência de agenda ou escala;
- c) impedimento técnico ou assistencial;
- d) suspensão contratual;
- e) descumprimento contratual;
- f) necessidade de continuidade assistencial;
- g) situações de urgência ou interesse público devidamente justificadas.

13.7.7. Em caso de equivalência entre credenciados e inexistência de critérios técnicos diferenciadores, será observada a ordem definida por sorteio público ou outro critério objetivo previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

13.7.8. Os atos de convocação, distribuição da demanda, sorteios e registros de acionamento serão formalizados e mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde para fins de controle interno, auditoria, fiscalização e transparência administrativa.

13.8. A Secretaria Municipal de Saúde poderá estabelecer protocolos operacionais, mecanismos de regulação, fluxos de encaminhamento, critérios complementares de distribuição da demanda, escalas, autorização de procedimentos, controle da produção assistencial, auditoria médica e conferência administrativa, visando garantir a adequada execução dos serviços e continuidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

13.9. A contratação dos credenciados será formalizada mediante contrato administrativo ou instrumento equivalente admitido pela legislação vigente.

13.10. O instrumento contratual será encaminhado ao credenciado para assinatura no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, admitida prorrogação motivada.

13.11. A assinatura poderá ocorrer por meio eletrônico.

13.12. Durante toda a vigência contratual, o credenciado deverá manter todas as condições de habilitação e regularidade exigidas no processo.

13.13. A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, contínua e conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência.

13.14. Todas as comunicações poderão ocorrer por meio eletrônico.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial do Governo Federal;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou demais sociedades empresárias: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento



comprobatório de seus administradores;

- c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;
- e) Documento oficial de identificação válido dos sócios administradores da empresa ou, no caso de entidades hospitalares, de seu representante legal e/ou administradores;
- f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS/CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- f) As certidões deverão ser negativas ou positivas com efeitos de negativas.

14.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do interessado, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Caso a certidão não possua prazo de validade expresse, será aceita aquela emitida até 90 (noventa) dias anteriores à data de sua apresentação;

14.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

- a) Certificado de Regularidade de Inscrição da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional competente, compatível com os serviços objeto do credenciamento;
- b) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES atualizado, quando exigível em razão da natureza do serviço, do estabelecimento executante ou das normas aplicáveis ao procedimento.
- c) Quando os serviços forem executados em estabelecimento próprio da credenciada, a Administração Pública poderá exigir, previamente à contratação ou durante a execução contratual, a apresentação de Licença Sanitária, Alvará de Funcionamento e demais autorizações compatíveis com a natureza dos serviços executados.

14.5. DECLARAÇÃO DE QUADRO DE PROFISSIONAIS (FUNCIONÁRIOS)

- a) A interessada deverá apresentar declaração, em papel timbrado ou documento equivalente da empresa, contendo a relação do(s) profissional(is) indicado(s) para prestação dos serviços objeto do



credenciamento.

b) Caso o profissional indicado para execução dos serviços não integre o quadro societário da empresa, deverá ser apresentada comprovação de vínculo profissional, mediante uma das seguintes formas:

- I. a) cópia do registro em carteira de trabalho;
 - II. b) cópia de contrato de prestação de serviços;
 - III. c) declaração assinada pelo representante legal da empresa, atestando que o profissional integra o corpo clínico, equipe técnica ou quadro funcional vinculado à execução dos serviços.
- c) Deverão ser apresentados os documentos pessoais do profissional prestador dos serviços e do representante legal da empresa, conforme exigências previstas neste Termo de Referência.
- d) A apresentação da relação de profissionais não gera obrigação de execução exclusiva pelos profissionais inicialmente indicados, podendo ocorrer substituições, inclusões ou alterações durante a vigência do credenciamento, desde que previamente comunicadas e aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde e mantidas as qualificações técnicas exigidas para execução dos serviços.

14.6. REQUISITOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.6.1. A documentação relativa aos profissionais responsáveis pela efetiva execução dos serviços poderá ser exigida pela Secretaria Municipal de Saúde no momento da convocação, autorização, regulação, contratação específica, escalonamento ou início da execução dos serviços, conforme a natureza e especialidade do item constante na Planilha de Itens.

14.6.2. A Para fins de autorização, convocação e execução dos serviços, a empresa credenciada deverá apresentar, conforme a natureza do procedimento, especialidade ou serviço contratado, os documentos dos profissionais efetivamente designados para atendimento, observadas as exigências específicas previstas na Planilha de Itens, Edital e Termo de Referência, incluindo, quando aplicável:

- a) documento oficial de identificação do profissional;
- b) comprovante de inscrição ativa e regular junto ao respectivo conselho profissional competente;
- c) diploma de graduação, certificados, títulos de especialização, residência médica, Registro de Qualificação de Especialista – RQE ou demais documentos que comprovem habilitação técnica compatível com a especialidade, procedimento ou serviço a ser executado;
- d) comprovação do vínculo profissional com a empresa credenciada, na forma prevista neste Termo de Referência;
- e) documentos técnicos, sanitários, assistenciais ou profissionais específicos exigidos para determinados procedimentos, exames, plantões, atendimentos especializados ou serviços constantes da Planilha de Itens.

14.6.2.1. A autorização para início da execução dos serviços ficará condicionada à conferência e validação da documentação pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser exigida atualização documental sempre que necessário para manutenção da regularidade técnica e assistencial da prestação dos serviços.

14.6.3. A ausência de apresentação da documentação técnica exigida para determinado serviço, procedimento ou especialidade poderá impedir a autorização, convocação ou execução do respectivo item até a devida regularização documental perante a Secretaria Municipal de Saúde.



14.6.4. A fiscalização da documentação técnica dos profissionais, habilitação profissional, especialidades médicas e requisitos assistenciais necessários à execução dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde durante toda a vigência do credenciamento e da execução contratual.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

15.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1.1. Executar os serviços em conformidade com as condições, especificações técnicas, exigências assistenciais, quantitativos e demais disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento contratual.

15.1.2. Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais requisitos exigidos no processo de credenciamento.

15.1.3. Executar os serviços por meio de profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados junto aos respectivos conselhos profissionais competentes.

15.1.4. Observar integralmente os protocolos clínicos, normas sanitárias, diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentações dos conselhos profissionais e demais normas aplicáveis à execução dos serviços.

15.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços executados, inclusive quanto à qualidade técnica, segurança assistencial, regularidade dos atendimentos e cumprimento das obrigações legais, éticas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e administrativas decorrentes da execução contratual.

15.1.6. Disponibilizar estrutura operacional, profissionais, equipamentos, materiais e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços contratados, quando aplicável.

15.1.7. Comunicar imediatamente à Administração Pública quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços, a continuidade dos atendimentos ou a segurança dos usuários.

15.1.8. Atender prontamente às solicitações, diligências, notificações, recomendações e determinações emitidas pela fiscalização contratual e pela Secretaria Municipal de Saúde.

15.1.9. Apresentar, sempre que solicitado, documentos, relatórios, laudos, prontuários, registros de atendimento, comprovação de produção assistencial e demais informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual, observadas as normas de sigilo e proteção de dados pessoais.

15.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de dolo, culpa, negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços.

15.1.11. Observar integralmente as disposições relativas à proteção de dados pessoais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e demais normas aplicáveis.

15.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.2.1. Coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços contratados, por meio de servidores formalmente designados.

15.2.2. Regulamentar, autorizar, encaminhar e controlar os atendimentos, procedimentos e serviços objeto do presente credenciamento, conforme os fluxos assistenciais e administrativos da Secretaria



Municipal de Saúde.

15.2.3. Efetuar os pagamentos devidos pelos serviços efetivamente executados, autorizados e aprovados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

15.2.4. Fornecer à contratada as informações, orientações e documentos necessários à adequada execução dos serviços, quando aplicável.

15.2.5. Comunicar formalmente à contratada, quaisquer irregularidades verificadas na execução contratual, para fins de adequação, correção ou adoção das providências cabíveis.

15.2.6. Aplicar, quando necessário, as medidas administrativas e sanções previstas na legislação vigente, no Edital e no instrumento contratual.

15.2.7. Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, transparência, interesse público e adequada prestação dos serviços de saúde à população.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. valor global estimado para as futuras contratações decorrentes do presente processo de credenciamento corresponde a R\$ 1.602.827,38 (um milhão, seiscentos e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), conforme quantitativos, especificações técnicas, estimativas de consumo e valores constantes na Planilha de Itens integrante deste Termo de Referência.

16.2. As estimativas de quantitativos foram elaboradas com base na análise da demanda assistencial da Secretaria Municipal de Saúde, histórico de atendimentos, necessidades da rede pública municipal de saúde, fluxos regulatórios e projeções de utilização dos serviços durante a vigência da contratação.

16.3. Os quantitativos e valores previstos possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública Municipal, tampouco garantia de faturamento mínimo aos credenciados.

16.4. Os pagamentos ocorrerão conforme os serviços efetivamente executados, autorizados, regulados, comprovados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os valores unitários constantes na Planilha de Itens.

16.5. Os valores estimados poderão sofrer variações decorrentes da demanda assistencial, disponibilidade orçamentária e financeira, alterações nos fluxos regulatórios, necessidades da Administração Pública e demais fatores relacionados à execução dos serviços de saúde.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes das futuras contratações oriundas do presente processo de credenciamento correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Carmelo/MG, provenientes de recursos vinculados e/ou próprios, devidamente consignados na Lei Orçamentária Anual vigente.

17.2. As despesas decorrentes da contratação estão compatíveis com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA, observadas as disposições da legislação vigente.

17.3. As dotações orçamentárias destinadas à cobertura das despesas decorrentes da presente



contratação são as seguintes:

- a) Ficha 973/1 – 02.04.36.03.10.302.4005.00.2.319.3.3.90.39.36.0016 – 1600 - Serviço Médico-hospitalar, Odontológico e Laboratorial;
- b) Ficha 974/2 – 02.04.36.03.10.302.4005.00.2.319.3.3.90.39.36.0016 – 1621 - Serviço Médico-hospitalar, Odontológico e Laboratorial.

17.4. A efetiva realização das despesas ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município de Monte Carmelo/MG, observadas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e os limites legalmente estabelecidos.

18. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. A gestão e fiscalização das futuras contratações decorrentes do presente credenciamento serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.621/2023.

18.2. A fiscalização contratual será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, competindo ao fiscal do contrato acompanhar, controlar, conferir e avaliar a execução dos serviços prestados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento contratual.

18.3. Compete ao gestor do contrato coordenar as atividades relacionadas à fiscalização administrativa e técnica, bem como adotar as providências necessárias ao regular cumprimento das obrigações contratuais.

18.4. A fiscalização exercida pela Administração Pública não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela integral execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da prestação dos serviços.

18.5. A Administração Pública poderá realizar auditorias, diligências, inspeções, conferências documentais, verificação da produção assistencial e demais procedimentos de controle necessários à fiscalização da execução contratual.

18.6. A contratada deverá prestar todas as informações, esclarecimentos e documentos solicitados pela fiscalização contratual, garantindo pleno acesso aos elementos necessários ao acompanhamento e controle da execução dos serviços.

18.7. O descumprimento das determinações emitidas pela fiscalização contratual poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.

18.8. A gestão e fiscalização contratual observarão, ainda, as disposições constantes da Portaria nº 16.159, de 02 de fevereiro de 2026, que designa gestores e fiscais de contratos no âmbito do Município de Monte Carmelo/MG, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 2.621/2023.

19. DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, em razão do credenciamento, contratação ou execução contratual.



19.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento, a divulgação ou a utilização dos dados pessoais para finalidades diversas daquelas previstas no contrato, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei.

19.4. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, acerca de todos os contratos de suboperação, subcontratação ou instrumentos congêneres firmados ou que venham a ser celebrados e que tenham relação com o objeto desta contratação.

19.5. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, observados os respectivos prazos prescricionais.

19.6. É dever da CONTRATADA orientar, treinar e capacitar seus empregados, colaboradores e prepostos acerca das obrigações, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, garantindo o adequado tratamento dos dados pessoais.

19.7. A CONTRATADA deverá exigir de eventuais suboperadores, subcontratados ou terceiros contratados o cumprimento integral das disposições desta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências, auditorias ou solicitar documentos para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente aos pedidos formulados.

19.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto à sua utilização, armazenamento, compartilhamento e eventual eliminação, para fins de verificação do cumprimento da LGPD.

19.10. O presente contrato poderá ser alterado para adequação aos procedimentos e normas relativas à proteção de dados pessoais, sempre que necessário, em especial em decorrência de orientações, recomendações ou determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

19.11. Os contratos e instrumentos congêneres que envolvam tratamento de dados pessoais poderão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicável, nos termos da LGPD e da regulamentação vigente.

19.12. A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação atualizado para assuntos relacionados à proteção de dados pessoais, fornecendo, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, as informações necessárias para contato do responsável pelo tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD e regulamentações aplicáveis.

19.13. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da ciência do incidente.

19.14. Para os fins desta cláusula, as partes reconhecem que:



- a) A CONTRATANTE atuará, em regra, na qualidade de Controladora dos dados pessoais;
- b) A CONTRATADA atuará na qualidade de Operadora dos dados pessoais; e
- c) Nas hipóteses em que houver atuação conjunta no tratamento de dados pessoais, a responsabilização das partes observará as disposições previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, conforme as atribuições, condutas e responsabilidades apuradas no caso concreto.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.080/1990, da Lei Federal nº 8.142/1990, do Decreto Municipal nº 2.621/2023, do Decreto Municipal nº 2.722/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

20.2. A contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a continuidade, ampliação e eficiência dos serviços especializados ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir adequado atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município de Monte Carmelo/MG.

20.3. Os quantitativos, valores estimados e demais informações constantes neste Termo de Referência foram definidas com base em critérios técnicos, assistenciais, operacionais, históricos de demanda e necessidades da rede pública municipal de saúde, possuindo caráter meramente estimativo.

20.4. O presente credenciamento caracteriza hipótese de contratação paralela e não excludente, permitindo a habilitação de múltiplos prestadores aptos à execução dos serviços, conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

20.5. A efetiva contratação e execução dos serviços ficará condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilidade orçamentária e financeira do Município, fluxos regulatórios e critérios técnicos e assistenciais aplicáveis.

20.6. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins e efeitos legais, a Planilha de Itens, Quantitativos e Valores Estimados, a Memória de Cálculo, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Análise de Riscos, o Relatório de Pesquisa de Preços e os demais documentos vinculados ao presente processo administrativo.

20.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Pública Municipal, observadas as disposições da legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

Monte Carmelo, 05 de maio de 2026

Paulo Rodrigues Rocha
Secretaria Municipal de Saúde